

ELEIÇÕES

Bondades à espera de votos

Medidas de Bolsonaro para tentar atenuar os impactos da inflação não se revertem em aumento da popularidade do presidente

» TAÍSA MEDEIROS

Com a escalada da inflação, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem lançado mão de um pacote de bondades para tentar aliviar o bolso dos brasileiros e, consequentemente, tentar recuperar popularidade. A estratégia, no entanto, ainda não surtiu efeito. Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada esta semana, mostrou que 54% dos eleitores responderam que não votariam de jeito nenhum no atual chefe do Executivo.

A maioria dos beneficiários do programa Auxílio Brasil, por exemplo, afirmou que votará no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de outubro. Segundo o levantamento, 59% dos contemplados com a ajuda financeira preferem o petista, ante 20% que escolhem Bolsonaro. Substituto do Bolsa Família, o Auxílio Brasil teve o valor reajustado pelo chefe do Executivo, para R\$ 400, e contempla, este mês, 18 milhões de famílias.

Outra estratégia implementada pelo presidente foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 25%, cujo impacto fiscal é de cerca de R\$ 20 bilhões — metade arcada pela União e a outra metade por estados e municípios. Foi liberado ainda, sem custo fiscal, o saque extra de até R\$ 1 mil do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores; e antecipado o 13º de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As medidas de Bolsonaro,



Há maior maturidade política no Brasil. No caso do FGTS, as pessoas sabem que o governante liberou uma renda que, na prática, é do cidadão"

Másimo Della Justina, economista e analista político

porém, não têm surtido o efeito desejado. Ainda segundo o Datafolha, Lula tem 48% de intenções de votos, contra 27% do presidente.

Desgaste

Para o economista e analista político Másimo Della Justina, parte dessas ações pode, inclusive, desgastar a imagem de Bolsonaro. "Se ele e sua equipe se elegeram em cima de uma pauta de privatização, como foi o caso, e o governante, numa atitude desesperada, faz um pacote de bondade, as pessoas não entendem isso como boa governança. Entendem como uma contradição e uma intervenção inadequada na economia", argumentou.

A inconsistência no discurso pode gerar desconfianças no eleitor que ainda é instável, sustentou o especialista. "Há maior maturidade política no Brasil.

Apoio dos evangélicos

Alan Santos/PR



Um segmento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) supera o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é o de evangélicos. E o chefe do Executivo busca manter esse apoio, de olho na

recondução ao Planalto. Ontem, durante participação da Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira, em Goiânia, ele voltou a defender a pauta de costumes.

Posicionou-se contra o aborto e o casamento entre homossexuais, por exemplo. De acordo com pesquisa Datafolha, divulgada na quinta-feira, Bolsonaro tem 39% dos votos evangélicos, enquanto Lula soma 36%.

No caso do FGTS, as pessoas sabem que o governante liberou uma renda que, na prática, é do cidadão. Essa maturidade nos permite agora falar do 'voto do estômago'. É querer aliviar a fome de quem está com fome para transformar isso num voto, que é a estratégia do Auxílio Brasil", frisou Della Justina.

Jackson de Toni, professor de economia do Ibmec Brasília, acredita que a conjuntura atual, que engloba uma crise sanitária e de desemprego, justifica as medidas de programas de distribuição de renda. "O que acontece é que nem sempre há uma correspondência entre a preferência do eleitorado e os benefícios de

programas do governo. Essa relação não é mecânica, ela é mediada e é influenciada por uma série de outras variáveis", destacou.

Segundo a avaliação do professor, as medidas que estão sendo tomadas são insuficientes para conter "a deterioração do quadro econômico político-social", o que é agravado pela polarização

Lula-Bolsonaro para as eleições de outubro. "A polarização política é uma realidade no Brasil, com predominância do discurso de ódio, pouco diálogo entre as forças políticas. Isso gera dificuldade em formar uma visão de futuro relativamente consensual e estável e prejudica a nossa democracia", frisou.

PODER

Perdão a Silveira para "dar exemplo" ao STF

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



O deputado foi condenado à prisão pelo Supremo, mas recebeu indulto

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou novamente à carga contra o Judiciário. Ele afirmou, ontem, que concedeu a graça presidencial ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) para "dar exemplo ao Supremo Tribunal Federal (STF)".

"Não pude ver um deputado ser condenado a um regime fechado, ter o mandato cassado, tornar-se inelegível e multado. Não interessa o que ele falou. Exerci o meu poder dentro das quatro linhas da Constituição, até para dar exemplo ao Supremo Tribunal Federal, assinando a graça", discursou na Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Ministério de Madureira, ocorrida em Goiânia (GO). "Nós devemos respeitar os outros Poderes, nunca temer. É dessa forma que nós governamos."

O chefe do Executivo concedeu o indulto a Silveira em 21

Limite de cada poder

Em entrevista também ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o desfecho do caso do deputado André Silveira vai deixar claro o limite de cada Poder. "Vamos levar essa discussão nos limites institucionais e constitucionais para termos uma saída clara de qual é o limite de cada Poder", destacou. Lira afirmou, ainda, que é malcompreendido e, por isso, apanha "dos dois lados": da esquerda, "porque acham que sou aliado de Bolsonaro"; e da direita, "que acha que eu sou capacho do STF".

de abril, menos de 24 horas depois de o Supremo ter condenado o parlamentar a oito anos e nove meses de prisão por ameaças a ministros do STF e a instituições. Na última quinta-feira, Bolsonaro chegou a dizer que não tinha proximidade com o parlamentar. "Falam deputado bolsonarista, mas eu tenho pouco contato com o Daniel", disse, na ocasião.

Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de ontem, revelou que o documento que concedeu

retomado na semana passada.

"(Se o marco temporal passar) Acabou nossa economia, nossa segurança alimentar. Não é uma ameaça, é uma realidade. Só me sobra uma alternativa, ou melhor, duas alternativas: pegar as chaves da Presidência e me dirigir ao presidente do Supremo Tribunal Federal e falar 'administra o Brasil', ou não vou cumprir", ressaltou.

O presidente já havia sinalizado anteriormente que pode desumprir a ordem judicial sobre esse tema. Na 27ª Agrishow — Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação —, ocorrida em 25 de abril, em Ribeirão Preto (SP), disse a bolsonaristas e ruralistas: "Se ele (Edson Fachin, ministro do STF e relator do caso) conseguir vitória nisso, me restam duas coisas: entregar as chaves para o Supremo ou falar que não vou cumprir. Eu não tenho alternativa".

Marco temporal

Bolsonaro também voltou a dizer que pode não obedecer a uma eventual decisão favorável do Supremo ao novo marco temporal das terras indígenas, que pode ampliar a extensão das propriedades dos povos originários — o julgamento foi

"Mundo jurídico se acovardou", diz Moraes

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliou que o Judiciário demorou a perceber o perigo das fake news na sociedade e que a extrema direita cooptou as redes sociais. Ele cobrou uma mudança de posturas das empresas de tecnologia para combater os crimes.

"O mundo jurídico se acovardou. E criou uma falsa ideia de liberdade de expressão que não existe para nada, ou seja, ninguém mais discutia que liberdade de expressão não é discurso de ódio, não é discurso nazista, não é discurso homofóbico, não é discurso machista, racista", sustentou o magistrado, em evento, ontem, da Universidade de São Paulo (USP).

Moraes é relator dos inquéritos das fake news e das milícias

digitais, que envolvem o Palácio do Planalto. Recentemente, ele afirmou que as investigações estão perto de revelar quem são os financiadores da produção e dos disparos em massa de notícias falsas.

No evento da USP, o ministro destacou o domínio da extrema direita no mundo virtual. "Cooptação total das redes pelo populismo de extrema direita, que foi extremamente competente. Extremamente competente. Verificou o quê? Verificou: se a voz está lá agora, vamos dominar essa voz; se lá é expressão da democracia, vamos construir entre as massas a nossa democracia. E cooptou isso", disse.

O magistrado ainda afirmou que a liberdade de expressão não pode ser confundida com discurso de ódio e citou que a lei deve agir em casos desse

nível. "Toda a legislação que se aplica para tudo, de repente, deu uma bofeira geral: 'Ah, para as redes sociais não pode (controlar)'. Por que não pode? Os direitos fundamentais mudaram? A responsabilidade jurídica mudou?", questionou.

Responsabilidade

Outro tema citado por Moraes foi a punição para pessoas que cometem crimes nas redes sociais. O ministro afastou a ideia de que se trata de censura e defendeu que bloqueios de perfis, por exemplo, são uma medida equivalente às ordens judiciais que miram em contas bancárias de investigados.

"Não é censura. É a mesma coisa que bloquear uma conta bancária que está sendo utilizada para a criminalidade. Ninguém

discute que pode quebrar o sigilo bancário, bloquear conta, não deixar mexer naquela conta no banco se estiver sendo usada para a criminalidade", argumentou.

O magistrado também lembrou da determinação de suspender o Telegram no Brasil. A empresa não atendeu às decisões judiciais para bloqueio de perfis apontados como disseminadores de informações falsas, entre eles o do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos.

"As plataformas não são as responsáveis pelas mídias digitais. São coisas diversas. Mas elas querem lavar as mãos, não querem ter nenhum tipo de responsabilidade, até que você aperte", frisou. "O Telegram só assinou convênio com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) porque ia ser bloqueado", acrescentou.

STF/Divulgação



Segundo o ministro, a extrema direita cooptou as redes sociais